



Negacionismo climático no Brasil

Jean Miguel

No ano de 2012, o programa Jô Soares, exibido pela Rede Globo de televisão, produziu uma entrevista com o professor Ricardo Felício da Universidade de São Paulo (USP), que teve como tema o aquecimento global, ou melhor, nas palavras do entrevistado: “a farsa do aquecimento global”. Naquela entrevista, o então anônimo professor argumentou que “o aquecimento global é apenas uma hipótese” e que o “efeito estufa é a maior falácia da história”. Em seguida, declarou que “a floresta amazônica nada influencia no clima da Terra, e que se fosse completamente desmatada, a floresta se reconstituiria em 20 anos”. Aquele era o momento em que o negacionismo climático ganhava sua primeira grande aparição na mídia no Brasil, em um contexto político muito oportuno: às vésperas do final do prazo para o veto presidencial do novo Código Florestal, que concedeu o perdão para os produtores rurais que desmataram áreas de preservação e reservas legais até o ano 2008.

Três anos antes da entrevista de Felício a Jô Soares, o professor Luiz Carlos Baldicero Molion da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) comparecera a uma audiência pública da Câmara dos Deputados Federais, a convite de membros da bancada ruralista, para discutir a relação entre o desmatamento e as mudanças climáticas. Com o objetivo de sustentar a proposta ruralista de reformulação do Código Florestal, Molion argumentara que havia um entendimento errado da relação entre o problema do desmatamento e as emissões de CO₂ (gás carbônico) como causa das mudanças climáticas. Segundo ele: “o CO₂ não controla o clima global; podem colocar quanto CO₂ quiserem na atmosfera, que será benéfico”. Além disso, segundo Molion, há um entendimento errado da relação entre o problema do desmatamento e as emissões de CO₂ como causa das mudanças climáticas. “Devemos evitar o desmatamento por conta da manutenção da biodiversidade, pois o CO₂ não é o vilão, nem o poluente que mostram pela televisão”, argumentara o professor. Tais argumentos lançavam suspeitas aos fatos científicos sustentados por 99% da comunidade científica mundial representada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC), plataforma da Organização das Nações Unidas (ONU), que fornece aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre as mudanças climáticas.

Munidos dos argumentos negacionistas, deputados a favor da causa ruralista sustentaram que existia algum tipo de conspiração por trás do regime internacional de mudanças climáticas e do ativismo ambientalista relacionado. Para o deputado federal Aldo Rebelo (relator da comissão especial que discutia a alteração do Código Florestal no ano de 2009, na época, do PCdoB), o argumento negacionista deixava claro que havia em torno da questão climática levantada nas discussões sobre o Código Florestal



brasileiro uma “ideologia distinta das questões ecológicas e científicas”, mais especificamente: “a ideologia imperialista norte-americana”, representada pelas ONGs e organismos internacionais, que visava “conter o avanço do setor agropecuário no Brasil”. Para Rebelo, seria “uma perda de tempo o encontro em Copenhague” (se referindo à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas realizada naquele ano em Copenhague), pois esse encontro se referia às “pressões exercidas pelos países desenvolvidos sobre as responsabilidades ambientais dos países emergentes”. Comungando dessa visão conspiratória, o deputado federal Moreira Mendes (um dos líderes ruralistas mais ativos no processo do Código Florestal na Câmara) afirmou que existia uma forma de “colonialismo ambiental” em curso, que tornava a questão ambiental uma “nova maneira de subjugar os países em desenvolvimento”. A utilidade do negacionismo climático para os ruralistas naquele debate era evidente. Apresentava-se uma outra “opinião” sobre o assunto, supostamente advinda da ciência, que introduzia suspeitas, dando a entender que havia “um outro lado da história” que estava sendo omitido e, com isso, tentava-se afastar a questão das mudanças climáticas do debate sobre o Código Florestal.

Apesar da visibilidade obtida na TV e da utilidade do negacionismo climático como suporte para a posição ruralista nos embates parlamentares, aquele ainda não seria o grande momento do negacionismo climático no Brasil. Durante os governos Lula (2003-2010) as questões ambientais se tornaram parte importante da agenda de política externa, e a ciência e a política climática tiveram seu maior desenvolvimento. Lula sancionou a lei nacional de mudanças climáticas e, na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas em Copenhague (COP 15), adotou uma posição ousada ao estabelecer metas voluntárias de redução de carbono, comprometendo o Brasil a reduzir as emissões de gases do efeito estufa de 36,1% a 38,9% até 2020. Na área da ciência climática, foram estruturadas importantes redes de pesquisas científicas nacionais como a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima) e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas (INCT-MC), que se tornaram redes abrangentes de pesquisas interdisciplinares em mudanças climáticas embasadas na cooperação de 90 grupos de pesquisa de 108 instituições e universidades brasileiras e 18 estrangeiras, que produziram estudos científicos que deram suporte à política climática nacional e à posição geopolítica do governo nas arenas internacionais. Assim, a estruturação político-científica das mudanças climáticas produziu um regime no qual o negacionismo climático se tornaria residual na ciência e na política ambiental brasileira naquele período.

Entretanto, uma década depois, os ventos mudariam de direção. No ano de 2019, logo após a posse do presidente Jair Bolsonaro, Ricardo Felício e Luiz Molion reapareceram na cena pública. Junto a 20 professores de universidades brasileiras, eles publicaram em um site chamado “notícias agrícolas”, e endereçaram ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, uma carta aberta em que reivindicaram uma [“agenda climática baseada em evidências e nos interesses reais da sociedade”](#). Para os autores, as questões climáticas continuavam sendo “pautadas, predominantemente, por equivocadas e restritas motivações ideológicas, políticas, econômicas e acadêmicas” e que “não há



evidências científicas da influência humana no clima global”. Deixando de lado a discussão climatológica, os autores adotaram na carta um tom predominantemente político, argumentando que a proposta de “economia de baixo carbono” é “uma pseudo-solução para um problema inexistente”.

A carta dos negacionistas parece ter chegado ao endereço certo. Ricardo Salles, um dos Fundadores do Movimento Endireita Brasil (MEB) e ex-secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (cargo no qual tornou-se alvo de ação movida pelo Ministério Público de São Paulo sob a acusação de alterar ilegalmente o plano de manejo da várzea do rio Tietê, com a intenção de beneficiar interesses privados), foi escolhido por Bolsonaro para ocupar a pasta do Meio Ambiente com a finalidade de “agilizar” os processos de licenciamento ambiental e tratar das questões ambientais “sem viés ideológico”. Em relação ao tema das mudanças climáticas, Salles adotou como primeiras ações administrativas fechar a Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas e, em decisão conjunta com o Itamaraty, desistir de sediar no Brasil a COP25 em 2019. Questionado por repórteres a respeito de sua posição, Salles declarou que as mudanças climáticas antropogênicas permanecem [“um assunto acadêmico controverso”](#) e que há [“muito alarmismo sobre o assunto”](#).

Após a publicação da carta negacionista, Molion e Felício foram convidados a comparecer à audiência realizada pela comissão de Relações Exteriores e de Meio Ambiente do Senado em maio de 2019. A comissão teve como objetivo discutir a importância do tema das mudanças climáticas para a agenda política nacional e internacional, indicando que, após décadas de aprovação de políticas, leis e acordos internacionais sobre mudanças climáticas, poder-se-ia voltar atrás nos compromissos firmados pelo Estado. Além dos negacionistas, a comissão convidou para uma sessão paralela os cientistas membros do IPCC: Paulo Artaxo, Carlos Nobre, Mercedes Bustamante e o astrofísico Luiz Gylvan Meira Filho. Em uma longa sessão de exposição de estudos, eles corroboraram a validade das informações científicas sobre as mudanças climáticas e alertaram a respeito dos riscos do aquecimento atmosférico para a sociedade brasileira. Na ocasião, o meteorologista Carlos Nobre, surpreso por ter que defender a validade científica das mudanças climáticas após cinco relatórios do IPCC e do amplo consenso alcançado pela comunidade científica internacional a respeito do tema, declarou que: [“nós estamos vivendo um momento que nós cientistas não previmos – nem mesmo os cientistas sociais – que no século XXI estaríamos vendo um movimento mundial anti-ciência, anti-intelectualismo”](#).

A preocupação apresentada por Carlos Nobre com o fenômeno atual de desvalorização da ciência diz respeito a uma condição que tem sido chamada de “pós-verdade”. Trata-se de situações nas quais os fatos objetivos têm menos influência que os apelos às emoções e às crenças pessoais. A negação da ciência e dos fatos objetivos não é fenômeno novo. Contudo, na era digital, as conclusões baseadas em evidências parecem ser cada vez mais ameaçadas por crenças baseadas em emoções e experiências pessoais compartilhadas, o que configura uma nova situação. Nesse contexto, redes anticientíficas como, por exemplo, as de [antivacina](#) e [terraplanismo](#), estão em ascensão



na internet, formando grupos numerosos, organizados para defender teorias que questionam fatos há muito tempo consolidados (para não dizer evidentes) como o fato de que as vacinas combatem doenças e de que a Terra é redonda. Da mesma forma, o negacionismo climático tem se disseminado pela internet. Entrevistas com Ricardo Felício realizadas em 2019 somam milhões de visualizações no YouTube, o que indica um estágio avançado de compartilhamento dos argumentos negacionistas. O negacionismo se propagou, principalmente, por meio de apoiadores do governo Bolsonaro, dentre eles, o próprio Ricardo Felício, que foi candidato a deputado federal pelo PSL em 2018.

É notório que, com a ascensão de Bolsonaro à presidência e na eclosão de tudo aquilo que esse fenômeno representa em termos políticos e ideológicos, o negacionismo climático foi acolhido em uma cosmovisão que lhe conferiu plausibilidade, e acabou por torná-lo parte do discurso e da política oficial do governo sobre temas do meio ambiente. Dentre os ideólogos do governo, Olavo de Carvalho teve grande influência sobre a formação do pensamento que norteia as ações de quadros importantes da atual gestão. Destaca-se que os ministros Ernesto Araújo, Relações Exteriores, e o ex-ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foram indicados ao presidente por Carvalho. O atual ministro da Educação Eduardo Weintraub e Felipe Martins, um dos conselheiros mais próximos do presidente, declaram-se publicamente “olavistas”; assim como os filhos de Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro e o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro. Uma das teses de Olavo de Carvalho é a de que as universidades brasileiras têm sido dominadas por décadas pelo “pensamento da esquerda”, também a grande mídia, que propaga o que ele chama de [“marxismo cultural”](#), a saber, um projeto da “esquerda globalista” dedicado ao empreendimento de destruir a cultura ocidental capitalista e cristã. A [“conspiração globalista da esquerda”](#) visa, segundo Carvalho, submeter os povos a um único governo mundial através da ONU e demais órgãos internacionais.

Para Olavo de Carvalho e seus discípulos, o aquecimento global é um “truque para implementar um governo global”. Para tanto, [a “fraude científica se tornou o meio, uma tática da esquerda para produzir o alarmismo”](#). Portanto, nesse imaginário conspiratório, o negacionismo climático se associa à luta contra o “comunismo internacional” e seu projeto de “dominação ambiental contra a civilização cristã”. Tais ideias não são produto somente da imaginação de Olavo de Carvalho, pois contam com um número de livros e publicações que têm sido divulgados entre bolsonaristas como, por exemplo, o livro de Pascal Bernardin, “O Império Ecológico”, e o livro de Dom Bertrand Oliveira e Bragança, “Psicose Ambientalista”, [este último, citado por Bolsonaro na reunião do G20 em 2019](#). Compartilhando dessa visão, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, denominou “climatismo” essa conspiração global, argumentando que:

O ‘climatismo’ (sic) juntou alguns dados que sugeriam uma correlação do aumento de temperaturas com o aumento da concentração de CO₂ na atmosfera, ignorou dados que sugeriam o contrário, e criou um dogma



“científico” que ninguém mais pode contestar sob pena de ser excomungado da boa sociedade. Esse dogma vem servindo para justificar o aumento do poder regulador dos Estados sobre a economia e o poder das instituições internacionais sobre os Estados nacionais e suas populações, bem como para sufocar o crescimento econômico nos países capitalistas democráticos e favorecer o crescimento da China.

Não há nenhuma originalidade por parte do ministro e demais “olavistas” na associação entre “aquecimento global e conspiração marxista”. Em sua genealogia do negacionismo climático norte-americano, os cientistas e escritores Naomi Oreskes e Erik Conway indicaram que a ação de *think tanks*[1] associados à ala conservadora do Partido Republicano, junto a alguns grupos da mídia, construíram já na década de 1990 uma contra narrativa às mudanças climáticas que defendia valores considerados pelos conservadores como sendo legitimamente americanos: a defesa do livre mercado, o combate ao comunismo e o direito de opinião em assuntos públicos. Em *Merchants of Doubt*, estes pesquisadores argumentam que a estratégia dos negacionistas junto a mídia visava confundir “equilíbrio” com “objetividade” ao exigir que “todas as partes interessadas numa determinada questão devem ter igual voz na cobertura dos fatos”. Para os autores, esse “balanço” das informações dos “dois lados” é falacioso porque não reflete o modo como a ciência trabalha, pois “uma vez que uma questão científica é fechada, só existe um lado”. Eles concluem que a conivência da mídia com o negacionismo climático tornou fácil ao governo americano decidir por “não fazer nada” em relação ao aquecimento global.

De acordo com Myanna Lahsen, antropóloga e pesquisadora no Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a difusão das teorias da conspiração no debate sobre as mudanças climáticas induzidas pelo homem tem um longo histórico. Particularmente, nos Estados Unidos, há uma certa facilidade de reivindicações não confirmadas e sugestões de conspiração serem disseminadas entre o público que não simpatiza com a ideia do aquecimento global e suas implicações políticas por conta da ação dos *think tanks* conservadores junto a mídia. Adam Hodges, linguista e professor da Universidade do Colorado, ressalta que as decisões do governo Trump de negar compromissos com a política climática são sustentadas por redes negacionistas cujo discurso é paranoico e de cunho conspiratório e de grande aceitação pelo público conservador. Para o autor, [o impacto final que o estilo paranoico tem sobre a política americana “gera uma forma de pós-verdade cínica que pode efetivamente interromper o debate sobre questões legítimas, movendo o discurso para o reino da fantasia ideologicamente distorcida”](#).

Notoriamente, os negacionistas climáticos brasileiros do governo Bolsonaro importaram suas narrativas de trabalhos e conferências realizadas por *think tanks* conservadores norte-americanos. Em julho de 2019, [o Itamaraty enviou um diplomata para participar de uma conferência com negacionistas do clima](#) realizada pelo *think tank* “The Heartland Institute” em Washington. Após a reunião, circulou no Itamaraty um telegrama que reportava os principais pontos abordados na reunião. Em um trecho do



telegrama, o diplomata resume o que acredita ser o real motivo dos alertas feitos no mundo sobre as mudanças climáticas: "[...] eles estão colocando em risco nosso modo de vida. O debate não é sobre mudança do clima, nem sobre dióxido de carbono. Não é sobre clima, nem ciência. É sobre socialismo contra capitalismo [...]". Em setembro de 2019, o ministro Ricardo Salles, reuniu-se nos Estados Unidos com grupo negacionista do clima do *Competitive Enterprise Institute* (CEI), meses antes da COP25.

O fato de que *think tanks* conservadores norte-americanos fazem parte das redes de informação do governo pode ter tido influência direta na postura adotada pelo Brasil na COP25. Na reunião realizada em dezembro de 2019 na Espanha, a comissão brasileira compareceu em pequeno número, acanhada e sem proposta clara. Diferente das outras reuniões, o Brasil posicionou-se junto a países como os Estados Unidos, Austrália e Arábia Saudita na tentativa de obstruir as negociações. Com essa decisão, a comissão brasileira negou-se a dar continuidade a sua posição de liderança dos países emergentes e de exigir metas ousadas de redução de emissões CO₂ dos países desenvolvidos. Esse realinhamento geopolítico demonstra que o governo brasileiro optou por adotar a trajetória dos maiores emissores de carbono, seguindo os passos de Donald Trump. Após a reunião, em uma atitude de escárnio ao que havia sido discutido na conferência, o ministro Ricardo Salles postou em suas redes sociais uma foto de um farto prato de carne bovina com a legenda: “para compensar nossas negociações na COP, um almoço veggie!”.

Verifica-se, portanto, que o negacionismo climático se tornou uma política do governo Bolsonaro. Para que isso acontecesse, as autoridades do atual governo ignoraram a ciência e atacaram membros da comunidade científica, como é o caso dos ataques dirigidos ao ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ricardo Galvão. Após o INPE divulgar os dados de aumento das queimadas na Amazônia, Bolsonaro chamou Galvão de “mentiroso” e alegou que o diretor deveria estar “a serviço de alguma ONG”. Esse episódio, foi seguido de um debate entre Ricardo Salles e Ricardo Galvão na rede de televisão Globo News em agosto de 2019. Na ocasião, Galvão afirmou que o governo não consultou em nenhum momento a ciência brasileira em assuntos que dizem respeito à Amazônia. Ricardo Salles retrucou dizendo: “o problema é quando a ideologia está disfarçada dentro da ciência”, endossando a acusação feita por Bolsonaro. Em entrevista posterior, Ricardo Galvão relatou que após o debate com Salles em frente às câmeras, conversou com o ministro nos bastidores, e se desapontou ainda mais ao ouvir do ministro que “ele não acreditava na ciência brasileira porque a ciência brasileira estava toda aparelhada pela esquerda contra os americanos”. As infundadas acusações do presidente e do ministro repercutiram internacionalmente, expondo o quanto o governo Bolsonaro ignora a legitimidade da ciência brasileira no mundo. Em dezembro, a prestigiada revista *Nature* abriu sua lista dos dez cientistas que fizeram a diferença em 2019 com a foto de Ricardo Galvão, o chamando de “herói” que desafiou o governo em defesa da Amazônia.

Diante do que foi apresentado até aqui, podemos refletir a respeito das razões para se negar as mudanças climáticas. Em um primeiro momento, compreendemos que o



negacionismo climático serve como um artifício retórico para aqueles que têm como objetivo a desregulamentação das leis ambientais e o não compromisso com acordos internacionais, como foi ilustrado pelo caso dos ruralistas na tramitação do novo Código Florestal brasileiro e no fraco comprometimento do Brasil na COP25. Nesse sentido, o negacionismo climático é frequentemente alistado por grupos que defendem iniciativas liberais, que consideram a legislação ambiental e os acordos internacionais um entrave ao livre comércio, à livre iniciativa, ao pleno uso da propriedade privada. A primeira razão para se negar as mudanças climáticas, portanto, é dar continuidade às atividades econômicas que impactam o meio ambiente sem qualquer regulação ou compromisso público.

Posteriormente, percebemos que o negacionismo climático também faz parte de uma visão de mundo de certos grupos que realmente acreditam que o aquecimento global é uma fraude. A percepção de que as instituições públicas de ensino estão corrompidas pela ideologia da esquerda e que as mudanças climáticas fazem parte dessa conspiração revela que, para além das razões dos grupos econômicos liberais, o negacionismo climático faz parte de um regime discursivo inserido em uma determinada rede de práticas compartilhadas por grupos que se sentem de alguma maneira enganados e desiludidos. Eles buscam no negacionismo “um outro lado da história” que lhes foi omitido, que a ciência oficial os negou, mas que pode ser encontrado nas palavras de *outsiders* e organizações que denunciam a corrupção das instituições científicas e políticas. A partir disso, o negacionismo climático passa a transcender os aspectos políticos e científicos e a se referir a significados sociais enraizados em realidades subjetivamente vivenciadas como abrangentes e completas. É ilustrativa a declaração de Ernesto Araújo: “fui a Roma em maio e havia uma onda de frio”, [experiência que, para o ministro, torna-se prova de que o aquecimento global não existe](#). A razão, portanto, para negar as mudanças climáticas nesse caso não diz respeito ao conteúdo científico, mas a uma visão e experiência de mundo incompatíveis com aquelas de quem acredita nas mudanças climáticas.

Por fim, cabe ainda destacar uma outra razão apontada pela filósofa Déborah Danowski. Segundo ela, há vários tipos de negacionistas e negacionismos:

[...] há os por assim dizer independentes e há os que, por baixo do pano, são pagos por grandes corporações, pelas companhias de carvão, petróleo e gás para produzir artigos de jornal baseados em falsas pesquisas científicas. Mas há ainda um outro tipo de gente que, por motivos diferentes, ou “não aceita” a realidade das mudanças climáticas, ou aceita, mas “não tanto assim”. São pessoas até bem esclarecidas, que dizem frases como: “ah, nisso eu não posso acreditar”, “isso também não, aí já é demais”, “isso aí já é catastrofismo” ... “Catastrofismo não”. [Uma razão por que se nega o inegável é que isso que é inegável é também intolerável. Se fôssemos encarar diretamente o que temos pela frente, isso exigiria de nós, aqui e agora, muito mais do que estamos realmente dispostos a fazer.](#) (grifo nosso).



Nesse sentido, muitos daqueles que acreditam nas mudanças climáticas, podem também negar, em alguma medida, a urgência que essa verdade implica para continuar vivendo suas vidas da mesma maneira. Então, delegam a responsabilidade de decidir e encontrar soluções às autoridades e, frequentemente, se frustram com os resultados. Essa é uma forma mais tênu de negacionismo, mas com efeitos igualmente paralisadores. Demonstra-se preocupação com a questão, mas sem se engajar seriamente na causa, sem querer transformar radicalmente o modo de vida, sem levar a sério a urgente necessidade de transformação política. Talvez seja essa a forma de negacionismo que mais tem contribuído para que a questão das mudanças climáticas se encontre tão vilipendiada no Brasil atual.

Notas

[1] *Think Tanks* são grupos de especialistas associados para debater temas específicos e influenciar a formulação de políticas públicas ou processos de tomada de decisão pública. Geralmente, são financiados por corporações e lobbys que têm interesses privados nos resultados de determinada questão pública.

Para saber mais

AMADO, G. (2019). Ernesto Araújo nega aquecimento global: “Fui a Roma em maio e havia uma onda de frio”. Época. 03 de agosto de 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/ernesto-araujo-nega-aquecimento-global-fui-roma-e-maio-havia-uma-onda-de-frio-23851347> Acesso: 06/01/2020.

ARAÚJO, E. (2018). “Sequestrar e Perverter”. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/sequestrar-e-perverter> Acesso: 06/01/2020.

CARVALHO, O. (2002). Do marxismo cultural. Disponível em: <http://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/> Acesso: 06/01/2019.

_____. (2012). Aquecimento global para Olavo de Carvalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t8FgrKnk2AA> Acesso 24/04/2019.

_____. (2016). “ONU, Nova Ordem Mundial e a escravização mundial”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e2bBHe6u60> Acesso: 06/01/2019.

CHADE, J. (2019). “Leia o telegrama interno do Itamaraty sobre Mudanças Climáticas”. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/07/31/leia-o-telegrama-confidencial-do-itamaraty-sobre-mudancas-climaticas/> Acesso: 06/01/2020.



DANOWSKI, D. (2012). O hiperrealismo das mudanças climáticas e as várias faces do negacionismo. Sopro (Panfleto Político-Cultural), p. 2-11.

GALVÃO, R. (2019). “Entre Vistas” com o ex-diretor do Inpe, Ricardo Galvão. Rede TVT. 17 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M578qjLB6L4&t=1390s> Acesso: 07/01/2020.

GRAGNANI, J. (2019). “Rede antivacina no Brasil importa teorias da conspiração dos EUA e cresce com sistema de recomendação do YouTube”. BBC News Brasil. 20 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48695113> Acesso: 06/01/2020.

HODGES, A. (2017). The Paranoid Style of Climate Change Denial. American Anthropological Association. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/AN.640> Acesso: 07/01/2020.

LAHSEN, M. (2013). Anatomy of Dissent: A Cultural Analysis of Climate Skepticism. *American Behavioral Scientist*, 57(6), p. 732–753.

LEITÃO, M. (2019). “Cresce a pressão por sanções contra o Brasil por desmatamentos, um risco ao agronegócio”. O Globo. 19 de agosto de 2019. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/cresce-pressao-por-sancoes-contra-o-brasil-por-desmatamentos-um-risco-ao-agronegocio.html> Acesso: 06/01/2020.

MELLO, P. (2019). “Governo brasileiro participa de reunião com negacionistas do clima”. Folha de São Paulo. 30 de julho de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/governo-brasileiro-participa-de-reuniao-com-negacionistas-do-clima.shtml> Acesso: 06/01/2020.

MIGUEL, J. (2013). Da fronteira florestal aos limites da ciência: Um estudo sobre a participação de especialistas nas audiências públicas para a elaboração do novo Código Florestal. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, UNICAMP.

_____. (2017a). Políticas e Infraestruturas das Ciências Atmosféricas. Um estudo social da modelagem climática no INPE. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, UNICAMP.

_____. Tecnopolíticas das Mudanças Climáticas: Modelos Climáticos, Geopolítica e Governamentalidade. *Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.24, n.4, out-dez, 2017b.

MIGUEL, J.; MAHONY, M.; MONTEIRO, M. S. A. (2019). Infrastructural geopolitics of climate knowledge: the Brazilian Earth System Model and the North-South knowledge divide. *Sociologias* (UFRGS), v. 21, p. 44-75.

MOLION, L. (2019). “Carta aberta ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles”. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/meio-ambiente/231554-cientistas-liderados-por-lc>



[molion-confrontam-ambientalistas-que-defendem-o-aquecimento-climatico.html#.XL7x8uhKjI](#)
Acesso: 06/01/2020.

NOBRE, C. (2019). Audiência pública das comissões de relações exteriores e meio ambiente. TV Senado. 30 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5vsfx7OmmIg&t=2317s> Acesso: 06/01/2020.

ORESKES, N.; CONWAY, E. (2010). *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*. New York, Bloomsberry Press.

PASSARINHO, N. (2019). “Como a política ambiental de Bolsonaro afetou imagem do Brasil em 2019 e quais as consequências disso”. BBC News Brasil. 31 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50851921> Acesso: 06/01/2020.

SALLES, R. (2019). Entrevista ao programa “Em foco com Andréia Sadi”. Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/videos/v/andreia-sadi-entrevista-o-ministro-do-meio-ambiente-ricardo-salles/7562626/> Acesso: 06/01/2020.

TRIGUEIRO, A. (2019). “Psicose antiambientalista de Bolsonaro”. Portal G1. 29 de Julho de 2019.
Disponível em:
<https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/07/29/psicose-antiambientalista-de-bolsonaro.ghtml> Acesso: 08/01/2020.

TOFFELSON, J. (2019). *Nature's 10, Ten people who mattered in science in 2019*. Nature current issues. Disponível em: <https://www.nature.com/immersive/d41586-019-03749-0/index.html> . Acesso em: 06/01/2019.

VINHAL, G. (2019). “Datafolha: ao menos 11 milhões de brasileiros acreditam que a Terra é plana”. Metrópoles. 14 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/datafolha-ao-menos-11-mi-de-brasileiros-acreditam-que-a-terra-e-plana> Acesso: 06/01/2020.



O Autor



Jean Miguel é sociólogo, mestre e doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, realiza pós-doutorado na Escola de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Foi pesquisador visitante da *School of Environmental Sciences* da *University of East Anglia* no Reino Unido. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Estudos

Sociais da Ciência e da Tecnologia, tendo interesse, principalmente, nos seguintes temas: ciência, tecnologia e desenvolvimento sustentável; transições sociotécnicas para a sustentabilidade; governança da ciência e da tecnologia em questões socioambientais; mudanças climáticas e sociedade. Atualmente, participa do projeto internacional CLIMAX (*Climate Services Through Knowledge Co-production: A Euro-South American Initiative for Strengthening Societal Adaptation Response to Extreme Events*). (Belmont Forum e FAPESP: n. 2015/50687-8) como co-coordenador do Grupo de Trabalho 3 - Processos sociais que explicam a apropriação da informação climática por tomadores de decisão.